A correspondência entre Alexandre José (1797–1867) e João Baptista (1799–1854) de Almeida Garrett

Autor(es): David, Sérgio Nazar

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/38717>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1164-8_40

Accessed : 26-Apr-2023 10:31:54

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UMA COISA NA ORDEM DAS COISAS

ESTUDOS PARA OFÉLIA PAIVA MONTEIRO

CARLOS REIS
JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES
MARIA HELENA SANTANA
COORD.

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

A CORRESPONDÊNCIA ENTRE ALEXANDRE JOSÉ (1797-1867) E JOÃO BAPTISTA (1799-1854) DE ALMEIDA GARRETT

Alexandre José era o irmão mais velho de Garrett. Nasceu no Porto em 7 de agosto de 1797. Herdou do pai o cargo de selador-mor da Alfândega do Porto, em 1814, por intervenção do tio D. Frei Alexandre da Sagrada Família (1737-1818). Casou-se com Angélica Isabel Cardoso Guimarães, em 16 de junho de 1822, e viveu a partir de então na rua da Boavista, nº 45, no Porto.

Alexandre e João Baptista conviveram pouco: de 1799 até 1809, no Porto; depois, de 1809 a 1814, em Angra. Em 1814, Alexandre já está novamente no Porto. Em 1816, João Baptista segue de Angra para estudar Direito em Coimbra.¹

No período de Garrett estudante de Leis na Universidade de Coimbra (1816-1821)², por certo se encontraram algumas vezes. Entrevemos isto na correspondência – pelas amizades que Garrett tinha no Porto, sobretudo com membros do Sinédrio – e o comprovamos em *O Arco de Sant'Ana*, quando, no capítulo VII, Vasco cruza o Douro de barco e galopa depois para o Sul: “caminho que eu”, arremata o Garrett-narrador, “fiz tantas vezes, em muito menos generosas cavalgaduras e em mais moderada andadura, quando, morto de saudades pelo meu pátrio Douro, ia choitanto no proverbial macho de arrieiro para as doces margens do Mondego”³.

¹ Ver António de Almeida Garrett, “Garrett em Angra do Heroísmo”, Separata da *Revista Ocidente*, Lisboa, Editorial Império, s./d., pp. 205-211.

² Ver Henrique de Campos Ferreira Lima, *Garrett Estudante em Coimbra*, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1935; e José Beleza dos Santos, *Almeida Garrett e a Faculdade de Leis de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.

³ Almeida Garrett, *O Arco de Sant'Ana*, Edição de Maria Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, pp. 106-107.

Em agosto de 1820, Garrett está no Porto, certamente em ampla colaboração com os membros do Sinédrio, como bem o comprova Ofélia Paiva Monteiro⁴. Só mesmo quase ao final do ano voltará para Coimbra. Retiveram-no problemas de saúde. As desavenças com o irmão determinam, segundo Amorim, a decisão de não retornar ao Norte: “O dia 24 de agosto desuniu politicamente os dois irmãos, estremando claramente os partidos em que cada um devia militar d’ali por diante. João adorava a revolução, e fizera-se cantor entusiasta d’ella. Alexandre tornou-se francamente apostolico, absolutista e inimigo de todos os pedreiros livres”⁵.

Garrett matricula-se tardiamente (em 15/11/1820) no 5º ano de Leis, em Coimbra, e pouco depois, já em abril de 1821, parte para a ilha Terceira, quase ao fim do curso universitário, lá chegando em junho. A viagem teve motivações políticas ligadas à Maçonaria: intervir em favor dos que contestavam a nomeação, por D. João VI, para o governo dos Açores, de Francisco de Borja Garção Stockler, que não reconhecia a legitimidade das instituições de Lisboa e da Constituição que se preparava.⁶ Regressou ao continente em Agosto.⁷

Já formado em Leis, Garrett vai viver em Lisboa, em 1821. As discórdias com o irmão Alexandre prosseguem, agora por cartas. “Tanto a família, nos Açores, como os parentes do Porto deploravam estas desavenças”, assinala Amorim, “mas, reconhecendo a impossibilidade de as terminar, pediram que ao menos, embora separados pela política, os dois se não tornassem pessoalmente inimigos”⁸.

Já aqui, em carta de 1821, temos um dos temas fundamentais da obra garrettiana, a ligação com o século das Luzes, que se manifesta no apelo ao irmão para que buscasse ilustrar-se: “Tu... tu ainda não entraste nas verdadeiras ideias, nem no mecanismo das atuais cousas. Toma o meu conselho: trata de te *iluminar*, de te fazer gente, e não terás receios sobre a tua futura sorte”⁹.

⁴ Ofélia Paiva Monteiro, *A Formação de Almeida Garrett*, Vol. I, 1971, pp. 182-187. Com base na datação de manuscritos garrettianos, Ofélia Paiva Monteiro desfaz a tese de Amorim de que Garrett estava em Coimbra no 24 de Agosto e que teria seguido para o Porto imediatamente.

⁵ Amorim, M. B., Vol. I, pp. 173-174.

⁶ Amorim, M. B., Vol. I, p. 210-7; e Ofélia Paiva Monteiro, “Garrett e o Liberalismo nos Açores”, in *O Liberalismo nos Açores. O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, pp. 179-189.

⁷ João Afonso, *Garrett e a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal, 1954, p. 54.

⁸ Amorim, M. B., Vol. I, p. 174.

⁹ Espólio Garrett, BNP, carta de 11/10/1821.

Em 1822, Garrett tem notícia de que o irmão “está meio acorcondado”:

*Uma cousa em que te falei [h]á tempos eis aí o teu grande crime – Que cousa é essa? Será dizer-te eu que devias iluminar-te, falou-te mais alguém nisso? Como te falou? que respondeste tu? (...) Quando te eu disse que devias iluminar-te, disse-to porque sou teu amigo; respondeste-me tanta parvoíce, e desconserto, que assentei não te falar mais nisso. Eu queria dizer-te que entrasses na Maçonaria, ordem augusta, e santa que conta no seu seio as primeiras pessoas do mundo por suas luzes[,] dignidades e virtudes, Papas[,] Bispos[,] reis etc.[,] que contou em seu seio *nosso virtuoso *tio Alexandre e mil outros varões distintos, e bem conhecidos dum cabo do mundo ao outro, e que eu te enumeraria se o sagrado vínculo de um terrível juramento mo não vedasse. Mas nada me veda que eu te diga que tanto tem a Maçonaria com a Religião como um ovo com um espeto. Assim católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, de todas essas religiões há maçons, porque não é outro o fim da maçonaria senão unir os homens todos, fazer que onde quer que chegue um homem ache irmãos seus, que o reconheçam por tal, que o amparem[,] que o socorram, que o agasalhem. Este é o fim primário; e a grande virtude da caridade é a base sagrada da augusta ordem Maçónica. Além disso ela se tem empregado na santa causa da liberdade e dum canto do mundo ao outro, desde os confins da península até às extremidades da Ásia vai fazendo redobrados esforços por libertar os homens, e fazê-los felizes. – Que tem isto de comum com a Religião? – Nada, nada, palavra de honra que é cousa mais sagrada que há para mim, e para todo o bom maçom. – Mas deixemos isso; não queres ser verdadeiramente homem, não o sejas, tua perda.¹⁰*

O apelo ao esclarecimento, que Garrett – escrevendo ao irmão – aproxima das ideias maçónicas, está em suas obras de invenção, sobretudo naquelas sobre as quais se debruçou Ofélia Paiva Monteiro, em *A Formação de Almeida Garrett* (publicadas até 1836). Vemo-lo também, embora já num equacionamento mais complexo – modulado pela ironia ou por uma visão do mundo e da existência eivada de tragicidade –, nas composições da maturidade, em personagens como Manuel de Sousa Coutinho (de *Frei Luís de Sousa*), Frei Dinis (de *Viagens na*

¹⁰ Espólio Garrett, BNP, carta de 20/6/1822.

Minha Terra) e Paio Guterres (*O Arco de Sant'Ana*), cujos perfis, singularíssimos, não aderem completamente ao mundo novo (de luta contra a tirania) nem se deixam conduzir pelos velhos arranjos do Antigo Regime, que, com marchas e contramarchas, foi tendo seus pilares fundamentais abalados.

Garrett aponta ao irmão o engano de se julgar a Maçonaria uma ordem avessa à religião. O miguelismo colaborou bastante para que, sob o rótulo de “pedreiros livres”, ficassem todos aqueles que pugnavam por uma sociedade mais democrática. Ao instar o irmão a que se ilustrasse, Garrett mostra-nos até onde ia a sua crença nas Luzes, e que se lutava também dentro das fileiras liberais por tolerância religiosa. No apelo de Garrett, vemos um catolicismo dividido. Vemos também um liberalismo dividido. Mas sobretudo já uma preparação do Garrett maduro que buscaria o caminho da “ordem”, ao lado de uma parte da Igreja mais aberta ao diálogo, advogando pela monarquia constitucional.

A proximidade com membros do Sinédrio aparece na carta de 22/9/1822: “o meu estimável amigo [Duarte] Leça” e “o meu amigo [Silva] Carvalho” estão ali nomeados.¹¹

Em 1823, enquanto João Baptista ia para o exílio – regista Amorim – Alexandre era “cumulado de mercês”¹² em Portugal. Em 1825, este requereu brasão de armas.¹³ Em 1828, esteve em Lisboa para saudar D. Miguel, “conseguindo que elle fosse padrinho de sua filha, Carlota Joaquina Miguel, nascida em 1/9/1828”¹⁴. Foi capitão do Batalhão de Voluntários Realistas do Porto¹⁵.

Provavelmente, não se escreveram no período dos exílios de Garrett. Não há cartas nem referências a cartas de 1823 a 1826, nem de 1828 (depois da partida de Garrett de Lisboa) a 1832 (antes do desembarque no Porto). A carta de 1828, escrita de Lisboa, refere a vinda de Alexandre para saudar D. Miguel. Foi respondida por Alexandre. A de 1832, escrita do Porto, é posterior ao desembarque no Mindelo, com as tropas liberais, em 8/7/1832.

¹¹ Espólio Garrett, BNP, carta de 22/9/1822.

¹² Henrique de Campos Ferreira Lima, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, Notas biographicas”, in *Jornal do Commercio e das Colonias*, 16/6/1929.

¹³ Amorim, M. B., Vol. I, pp. 380-382.

¹⁴ Henrique de Campos Ferreira Lima, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, Notas biographicas”, in *Jornal do Commercio e das Colonias*, 16/6/1929.

¹⁵ Henrique de Campos Ferreira Lima, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, Notas biographicas”, in *Jornal do Commercio e das Colonias*, 23/6/1929.

A reaproximação, por iniciativa de Garrett, virá de facto só em maio de 1834: “nunca te quis mal, não sou o teu encarniçado inimigo, como tu dizes, nem me desprezo de ser teu irmão como tu de mim dizias. Nunca me esqueci de que éramos irmãos (...)”¹⁶.

Garrett estende a mão a Alexandre, após a vitória liberal. Também faz por proteger-lhe os bens, mas não deixa de lembrar o que se teria passado – assim o supõe – na hipótese de ter vencido a causa do Infante D. Miguel: “não eras tu, Alexandre, que me abrisses os braços, como eu te faço de todo o coração”¹⁷. É do texto da longa carta de João Baptista de 24/5/1834:

Não haja entre nós mais uma só palavra do passado. Estás por este contrato? – Não se fale mais em política, seja Rei quem for, reja o sistema que reger? Olha que esta proposição, faço-te eu hoje 26 de Maio em que vou continuando esta carta, depois de triunfantes por toda a parte as armas da Rainha. – Mas não basta este tratado de amnistia política recíproca, é preciso também o de amnistia *privada e familiar*. Nem mais uma palavra, nem mais um ressaído de discussões nossas. – Responde categoricamente.¹⁸

A resposta de Alexandre é categórica: “Começarei por te fazer notar, como eu agora tenho notado uma pasmosa singularidade. Acho que consiste em tu me julgares há alguns anos um teu inimigo, e eu julgar-te outro meu; enganares-te tu, e enganar-me eu.” Explica, por sua parte, as circunstâncias decorridas na década anterior, que os tinham afastado. Justifica o facto de não o ter buscado em 1828, quando fora a Lisboa: chegaram aos seus ouvidos “certas expressões” que João Baptista teria usado a seu respeito. Não tem inimizade nem ódio do irmão, mas sim “desconfiança”, “receio”, “uma espécie de medo”... E conclui: “Uma vez convencido eu de que me tratas com verdadeira franqueza, que não és meu inimigo (como certamente o devo com esta tua carta) está removida a causa de separações, nem tem lugar amnistias onde não há que perdoar”¹⁹.

¹⁶ Espólio Garrett, BNP, carta de 24/5/1834.

¹⁷ Espólio Garrett, BNP, carta de 24/5/1834.

¹⁸ Espólio Garrett, BNP, carta de 24/5/1834.

¹⁹ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 8/6/1834.

Em 1834, Garrett está em Bruxelas²⁰, e já tem reservas com relação a alguns liberais chamados então “devoristas”. No ano seguinte, queixa-se de que o irmão escreve pouco: “não sabes avaliar o gosto e consolação que me dão as tuas cartas desde que me lisonjeio que livre das tonterias que se te meteram na cabeça a meu respeito, já és meu amigo como eu sou teu”²¹.

Em 1836, ainda Alexandre se penitencia:

Eu tenho faltado à caridade que devia exercitar para contigo como próximo e como Irmão; em vez de encobrir os teus defeitos publiquei-os, em vez de sofrer com paciência quaisquer agravos de ti recebidos, ou que eu julgasse tais, queixei-me deles amargamente (...) Perdoa-me pois tudo por amor de Deus (...) ²²

Em 1837, já de volta a Lisboa, será a vez de Garrett refazer uma vez mais sua história pessoal, que foi de algum modo a história de tantos portugueses:

(...) de todas estas coisas é culpa única a maldita política que dividiu as famílias, os amigos e tudo. E a isso é que devemos acusar e *perdoar-lhe* também, porque chegou Portugal depois de séculos de loucuras e maldades, a um estado tal que todas as desgraças que têm acontecido eram inevitáveis, e não são os desvarios dos homens; mas a desorganização das coisas que as motivaram. Disto há muito se convenceram alguns, muito breve o conhecerão todos.²³

Em 1838, João Baptista e Alexandre voltam a tratar de política, agora sobre novas bases. Garrett trabalha na Comissão Eclesiástica para reatar as relações com Roma, reconhece os excessos dos liberais – que vinham prejudicando, sob

²⁰ Garrett chegou a Bruxelas em julho de 1834, como Encarregado de Negócios Estrangeiros e Cônsul Geral de Portugal. A nomeação é de 4 de fevereiro de 1834. Segundo Amorim, com isto “lhe tapavam a boca”, “[lisonjeavam-lhe] o amor próprio”. E completa: “Quando todos estavam aborrecidos de viver fora do paiz natal, cansados de viagens, suspirando pelo sucego placido do lar, por ver e ouvir os seus, porque rasão iria esse homem de tanto coração, tão grande poeta e tão apegado á língua e ás coisas nacionaes, peregrinar de novo em terra estranha?! Não lh'o perguntei nunca. Enfastiado, provavelmente de ver como as coisas corriam, logo no comêço da restauração, voluntariamente quiz arredar-se do caminho das nullidades, que aspiravam a tudo quanto havia de mais rendoso, e tudo conseguiam”. Ver Amorim, M. B. Vol. II, p. 31-32.

²¹ Espólio Garrett, BNP, carta de 5/10/1835.

²² Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 5/9/1836.

²³ Espólio Garrett, BNP, carta de 26/9/1837.

o seu ponto de vista, tanto a boa causa democrática quanto a religiosa – e lamenta que alguns “indiferentistas” obrem contra o trono e o altar. Garrett defende a monarquia e o catolicismo (“o Catolicismo é a única e verdadeira Religião de Deus porque é a mais própria do homem e do homem social”) e quer logo tomar assento nas Cortes:

Muitos poderiam dizer mais e melhor que eu: mas *ditas por mim* certas coisas, ditas por um homem que é liberal deveras[,] que abriu os olhos, que tem passado sua vida nos cárceres, nos degredos, nas privações, para sustentar sua *crença de homem livre*, ditas por mim, que militei soldado raso, na causa da Rainha, que escrevi contra a prepotência sacerdotal, que por todos os modos tenho sido defensor, confessor e mártir da liberdade – hão-de ter outra força e peso. Não sei mas persuado-me que é chegado o tempo de salvar Portugal: e que alguma coisa mais que humana me brada – *vai, peleja que hás-de vencer*. – Mas os liberais duvidam de mim – os exagerados fazem-me guerra, e os católicos e realistas têm-me por um bicho do apocalipse.²⁴

Em 20/9/1838, já Garrett advoga por “ordem” e “moderação”:

E porque não hão-de os Realistas – os que têm juízo (...), servir-se dos meios (...) para nos ajudarem a nós moderados a fixar (...) *pontos comuns*? Medo, dizes tu. É verdade que tens razão, que a autoridade pública, neste caos em que ficou o país com a guerra civil e as reformas intempestivas umas, absurdas outras, não tem força contra a anarquia. Mas, repito; isto não pode estar assim: ou havemos de entrar na ordem, ou se há-de acabar Portugal. Ou há-de haver Rei que *reine*, lei que se cumpra – querendo eleições, hão-de ser eleições, e não bacanaís horrorosos e ridículos, – ou adeus Portugal.²⁵

Vendo a sociedade dividida, Garrett busca o “justo meio”. Longe de ser uma posição oportunista, está aqui o homem que passou por dois exílios, sabe o que é um país em conflito permanente, e quer sua terra livre das turbulências das

²⁴ Espólio Garrett, BNP, carta de 1/8/1838.

²⁵ Espólio Garrett, BNP, carta de 20/9/1838.

revoluções, sem que com isto se tenha de abrir mão da Liberdade e do Cristianismo (este também bafejado pelos novos ares da democracia do século)²⁶. Em *Viagens na Minha Terra*, Garrett apontará que “o progresso humano”, incluído aqui o social, decorre sempre dentro do “que é possível”²⁷.

Seguem-se as notícias das perseguições aos católicos do Porto, na Semana Santa de 1839. Casas são invadidas, bens dos chamados cismáticos²⁸ são apreendidos. Garrett trata do assunto com o irmão: quer que venha do Porto um padre culto, que o pudesse instruir na defesa dos católicos das províncias do Norte, perante as Cortes Constitucionais, onde já está eleito deputado e pretende discursar sobre o assunto, como de facto, em 12/7/1839, fez²⁹. É do texto da carta de Garrett de 9/9/1839: “nem uma hora tive de deixar de crer e ser católico”. E completa: “o Liberalismo falso (...) receia o Catolicismo”; e “os falsos católicos (...) recusam a liberdade”³⁰.

No final da década de 30, Garrett tem postos de importância no governo setembrista. Há aqui uma proximidade muito grande com o grupo de Passos Manuel, curiosamente muito semelhante à que tivera nos anos 20 com vários membros do Sinédrio portuense.

Em 1840, quando luta por reeleger-se, teme ser rejeitado pelos liberais e pede ao irmão que fale de seu nome aos católicos mais esclarecidos do Porto:

Eu a falar-te a verdade tenho ambição de ser deputado pelo Porto. Não quererão diligenciar a minha eleição os católicos? – Uma das guerras que os nossos *exaltados*

²⁶ Ver Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no século XIX*, Porto, Editorial Presença, 1983. Do capítulo “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”, destacamos: “Já em 1837, umas das figuras de maior destaque da *intelligentsia* de então, Garrett, um moderado, fora dos primeiros a exprimir aquela tendência do Parlamento; curiosamente, fizera-o invocando a sua qualidade de homem de letras independente e apelando para as virtudes do diálogo enquanto confronto de pontos de vista capaz de conduzir ao esclarecimento e daqui à conciliação.” (p. 99)

²⁷ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 2010 (p. 100).

²⁸ O cisma da Igreja em Portugal vem na sequência da vitória liberal e da extinção das ordens religiosas em 30 de maio de 1834. Os liberais, já no poder, não reconhecem os bispos nomeados durante o miguelismo. Nomeiam-se novos vigários, o que termina por gerar “uma fractura de legitimidade religiosa na organização interna da Igreja Católica”. Ver Manuel Clemente & António Matos Ferreira. “Introdução geral”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, V. 3, 2002, p. 30.

²⁹ Amorim, M. B., Vol. II, pp. 510-12.

³⁰ Espólio Garrett, BNP, carta de 9/9/1839.

me faze[m] (...) é dar-me por *traidor*; dizem eles, e defensor do que eles chamam cismáticos. Far-me-ão estes o mesmo? – Espero que não, e sei que se a mesma eleição que é apoiada pelos constitucionais moderados, se também o for pelos católicos[,] é infalível.³¹

Em 1842, vemo-lo afastado do cabralismo, já na oposição:

Eu deixei de apoiar o Ministério desde que ele absolutamente declarou, por seus actos, que queria governar no *interesse exclusivo* de um partido. É contra a minha religião política; tenho professado toda a vida opiniões contrárias, sou confessor e mártir desta crença; declarei-me em oposição e continuo. Sou mais alguma coisa que coerente, sou teimoso enquanto me movo de justiça. Posso enganar-me; errar de propósito, nunca.³²

A mudança deu-se mais precisamente quando o ministério chefiado por Joaquim António de Aguiar, que tinha António José d'Ávila na pasta da Fazenda, quis extinguir o Conservatório Dramático.

É neste momento da sua vida de homem público que Garrett começa a escrever e conclui as *Viagens na Minha Terra* e o *Frei Luís de Sousa*. Aqui, é preciso cuidado, porque não há em Garrett nunca uma desilusão em abstracto com o liberalismo. Garrett sabe, sobretudo agora, com mais experiência de vida, que tem sob os pés um mundo em transformação, que labora, no âmbito dos assuntos públicos, por algo ainda em curso: “A revolução que já tem vinte e tantos anos entre nós”, escreve ao irmão, “ainda não assentou (...) o nosso mal foi nascermos no meio dela”³³.

Na Regeneração, Garrett adquire novamente posição de algum destaque na cena política. Recebe o título de Visconde, em 25 de junho de 1851³⁴, em duas vidas, supondo que a segunda vida se verificaria em sua filha (o que afinal não se deu); assume a pasta dos Negócios Estrangeiros, de 4 de março a 17 de agosto de 1852; luta pelas nomeações de dois sobrinhos, Tomás e Rodrigo, para a Marinha e a Magistratura. Vemos, neste passo, o quanto é frágil a sua proximidade com

³¹ Espólio Garrett, BNP, carta de 8/3/1840.

³² Espólio Garrett, BNP, carta de 3/4/1842.

³³ Espólio Garrett, BNP, carta de 27/6/1844.

³⁴ Ver Amorim, M. B., Vol. III, p. 296.

os regeneradores, mais precisamente com Rodrigo da Fonseca Magalhães, amigo de vida inteira, com quem por fim romperá em 1852³⁵.

A. P. Lopes de Mendonça, num folhetim de 7 de agosto de 1852, faz os leitores d'*A Revolução de Setembro* lembrarem-se do que escrevera Garrett em *Viagens na Minha Terra*: “Há muitos que não sabem que o sr. Visconde d’ Almeida Garrett escreveu o capítulo contra os barões nas *Viagens [na] Minha Terra*, e que aceitou o título de visconde, isto é, barão e meio, como se nunca tivesse pegado em pena na sua vida.”³⁶

Gomes de Amorim afirma que teria sido por causa da filha que João Baptista aceitou o título³⁷. Amorim foi escolhido pelo próprio Garrett para escrever-lhe a biografia. Amigo, secretário particular, prepara ao longo de décadas os três volumes monumentais que termina por publicar (o primeiro em 1881, os dois últimos em 1884). Seu testemunho, suas análises trazem sempre muita verdade, não deixando de gerar também certa dose de suspeita. Ficou, portanto, a dúvida.

Mas de que serve interrogarmo-nos relativamente a esta dúvida? Porque disto decorrem ilações e argumentos que servem as teses que vimos combatendo. Uma delas é a do Garrett “dândi”, alheio ao que se passava na esfera social, já ao fim da vida cético. Outra compõe um perfil “conservador” de Garrett, que teria voltado as costas aos setembristas. Para ambas, serve muito bem a carapuça – enganosa e enganada – do homem que se teria deixado vencer, capitulando, como o Carlos de *Viagens na Minha Terra*, ao abrigo do baronato. O título de Visconde seria uma espécie de suicídio moral.

A correspondência desabona estas teses e mostra-nos que a razão aqui está do lado de Amorim. Garrett tinha uma saúde frágil, não era rico e tinha uma filha natural. Pela Carta Régia (que confirmaria a legitimação), que se seguiu ao título de Visconde, também de 1851, o estatuto de Maria Adelaide passaria de “filha natural” para “filha legitimada”³⁸. Convenhamos: é uma mudança importante,

³⁵ Sobre as circunstâncias do rompimento com Rodrigo da Fonseca Magalhães, ver Amorim, M. B., Vol. III, pp. 358-391.

³⁶ A. P. Lopes de Mendonça, *A Revolução de Setembro*, 7 de agosto de 1852.

³⁷ Amorim, M. B., Vol. III, p. 301-303.

³⁸ Em 2/1/1862, Maria Adelaide casou-se com o médico Carlos Guimarães. No contrato nupcial, consta “filha legitimada do falecido Excellentíssimo Visconde d’Almeida Garrett”. Ver Henrique de Campos Ferreira Lima, *A Filha de Garrett (Subsídios para a sua Biografia)*, Separata de *Biblos*, Vol. XXII, Coimbra, Coimbra Editora, 1947, p. 38.

mas não o mesmo que “filha legítima”. Que grandes apuros poderiam sobrevir a uma menina, já órfã de mãe, se lhe viesse a faltar também o pai, mesmo sendo filha de quem era...

Garrett aceita o título, com a condição de que lhe fosse agraciado em duas vidas, para que assim (como Viscondessa) ficasse a filha Maria Adelaide em condições mais favoráveis para ter um casamento vantajoso. Dirão que foi calculista este João Baptista. Tudo indica que sim. Mas também parece saber sobre que bases se alicerça o mundo em que vive. Seja como for, lembremo-nos, em abono da verdade, que Garrett também deu provas sobejas de prezar tais distinções. Sua personalidade comporta tais paradoxos.

Em 25 de julho de 1851, quando já usa o título, pondera ao irmão:

(...) não aceito por ora parabéns do título de Visconde com que Sua Majestade se dignou agraciar-me em 2 vidas (sem os quais o não teria aceito) enquanto não ultimar as diligências necessárias para se verificar desde já em minha filha a segunda com a cláusula de ser comunicado ao marido com que se casar.³⁹

Logo dois meses depois do nascimento de Maria Adelaide (em 12/1/1841), virá o registo de baptismo, em 15/3/1841, como “filha natural do Conselheiro João Baptista de Almeida Garrett”⁴⁰. O registo como “filha natural” não se podia evitar. Sua habilidade – que também pode ser interpretada como uma crueldade – foi apagar o nome da mãe. Não era tão incomum naquele tempo – o pai de Eça, Dr. Teixeira de Queirós, faria o mesmo poucos anos mais tarde, em 1845 –, mas era raro registar-se desta maneira um filho. Neste caso, o mais habitual era que não constasse o nome do pai (“pai incógnito”), só o da mãe; ou que figurassem pai e mãe (evidentemente, conclui-se, sem serem casados); ou ainda – aos mais desgraçados – que não aparecesse no registo nem o nome do pai nem o da mãe (“pais incógnitos”).

³⁹ Espólio Garrett, BNP, carta de 25/7/1851.

⁴⁰ DGARQ / TT, Registos Paroquiais, *Baptismos*, Lisboa, Freguesia da Encarnação, Livro 24, 1841, fl. 133 v.

Garrett zelou muito pela educação de Maria Adelaide. Com oito anos, ela já estava no colégio⁴¹. Nas cartas de 1854, endereçadas ao Convento das Salésias, insistiu para que ela aprendesse inglês e francês. Não a queria para doutora, nem para religiosa. O título seria mais uma estratégia, entre outras que adoptou, para que a sua “Viscondessita”⁴² adquirisse o perfil de “Senhora”. Tudo, rigorosamente tudo fez para lhe apagar a nódoa de “filha natural”. Não é demais lembrar que, além de tudo, se trata de uma menina, que, mais tarde, sem um homem que a protegesse, talvez estivesse fadada à condição de pária da sociedade.

Sendo um escrito íntimo, a carta tem muita verdade. Não foi redigida para ser publicada. Tem, portanto, poucas máscaras, embora também comporte a mentira e a dissimulação. Mas muito dificilmente João Baptista estaria aqui – convenhamos – mentindo a Alexandre.

Maria Adelaide afinal não teve o título de Viscondessa, afirma Gomes de Amorim. Mas as diligências de Garrett foram mesmo neste sentido, muito embora sem sucesso.

Há nas cartas referências a planos que Garrett fez de visitar o irmão, e assim conhecer pessoalmente a cunhada e os sobrinhos – já quando os conflitos de posições políticas entre ambos se tinham amainado –, que afinal não se cumpriram. A distância, as atribulações da vida em Lisboa e o seu estado de saúde, quase sempre a exigir cuidados de natureza vária, devem ter influído negativamente no ânimo do Escritor.

Após a passagem pelo Porto, no desembarque liberal, em 1832 – quando não chega a estar com Alexandre –, Garrett termina mesmo por não voltar ao Norte (onde também viviam a cunhada Angélica, os sobrinhos, as tias maternas, alguns primos pelo lado materno e a saudosa criada brasileira Rosa de Lima) nem a Angra (onde tinham ficado a mãe, o pai, a irmã Maria Amália, o cunhado Francisco de Menezes, as sobrinhas e um dos irmãos solteiros gémeos).

Também Alexandre – após a viagem para saudar D. Miguel em 1828, quando não chega a estar com João Baptista⁴³ – não vem mais a Lisboa e muito provavelmente também não viaja para Angra. Separaram-se, portanto, os dois irmãos,

⁴¹ Há uma carta de Alexandre deste ano, felicitando João Baptista por já ter a menina no colégio. Ver Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 25/1/1849.

⁴² A expressão é de uma carta ao irmão. Espólio Garrett, BNP, carta de 21/7/1854.

⁴³ Ver carta de Garrett ao irmão: Espólio Garrett, BNP, 4/2/1828.

em 1820, “para nunca mais se juntarem”⁴⁴. A correspondência que mantiveram por largo período foi o meio possível de se reaproximarem fosse como fosse.

Nas missivas ao irmão que nos chegaram, Alexandre se ocupa bastante de assuntos mais estritamente do dia a dia, de suas práticas católicas, mas não deixou de – assim como o irmão – enveredar por vezes pela seara política, o que demonstra que afinal foi ganhando alguma confiança em João Baptista, então não mais aos seus olhos um “malhado ateu”⁴⁵.

Talvez em 1836 já estivesse mesmo afastado da política, quando, em apuros, desabafa:

Quem me dera poder dizer com uma trombeta que se ouvisse em todas as quatro partes do mundo – Senhores Liberais, e Senhores Realistas[,] protesto não me meter em coisas políticas ande, ou disande a roda; deixai-me pois em paz no meu buraco com minha mulher e meus nove filhos!!!! Meu Amigo, muito mau é tirar a vida, ou oprimir qualquer pessoa por vingança do mal que nos fez, mas fazê-lo a quem nem fez mal no pretérito, nem o quer fazer no futuro é na verdade um gosto bárbaro, uma iniquidade inútil. Mas onde ia eu? Tem paciência; isto são desabafos, cuja causa tu não podes remediar, nem mesmo o Governo. Isto veio a propósito de poder acontecer, que viesses e me não encontrasses; sim, estarei escondido, ou fugido, mas como não é de ti, ainda que seja às furtadelas, sempre, se vieres [ao Porto], nos veremos.⁴⁶

Ao longo do diálogo epistolar que travam, cessam as disputas, não assim os assuntos políticos. Outros temas vão ganhando força e espaço: o estado de saúde da mãe, D. Ana Augusta, e dos filhos de Alexandre; os inventários que correram com o falecimento do pai, da mãe e dos dois irmãos gémeos, ambos solteiros (António Bernardo e Joaquim António); as inquietudes de ambos com os filhos, que nascem, crescem, estudam, se aproximam da idade de casar, adoecem ou morrem.

⁴⁴ Amorim, M. B., Vol. I, p. 183.

⁴⁵ Espólio Garrett, BNP, carta de Garrett ao irmão, de 24/5/1834.

⁴⁶ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, carta de 10/12/1836.

A fragilidade da vida naquele tempo – com os avanços ainda muito túbios da medicina – é sempre comovente. As mulheres viviam, na Europa do início do século XIX, em média, 36 anos, e no final do século, 46 anos⁴⁷. Quando morre o filho Nuno, em 1839, o registo de Garrett é pungente, embora revestido da contenção que as regras sociais e epistolares exigiam:

(...) uma tremenda visitação com que Deus foi servido experimentar-me privando-me da minha única consolação neste seu mundo, um filho querido e amado com aquele amor intenso e inefável com que, na minha idade, na minha situação, no meu desgano e enjoo das coisas e dos homens se adora um filho único, um filho de 2 anos que já me pagava tudo porque já me tinha amor de filho – e que sendo o meu retrato exteriormente tinha todos os sinais, em dotes de inteligência e físicos mesmos – de uma alma eleita – de ser o anjo que Deus chama tão cedo e que me deixou só, só, mais só do que nunca estive, porque nunca sube o que era estar só assim. Ainda me não resignei, ainda não pude. (...) Deus sabe o que faz. Mas nada me chamou tanto a *Ele* como o pobre anjo de meu querido filho. – E levou-mo. Eu é que não sei o que cá faço. – Vês que me fino por nada, e que feito *vaso cheio de aflição* não me cabe mais nada.⁴⁸

Em 1850, Alexandre tem a filha Helena, de 11 anos, gravemente enferma. Garrett procura reanimar o irmão, mas também o prepara para o pior. Novamente, o recurso a Deus predomina, embora já então sem a dúvida que por vezes o toma nos assuntos da fé: “Deus tem a vida em sua mão. Os moribundos vivem quando Ele quer e os cheios de saúde vão-se de repente e sem aviso”⁴⁹.

Vêm também, com a confiança mútua que aparentemente vai se amalgamando, os pedidos de parte a parte. Alexandre solicita ao irmão que interceda, já em 1841, pela libertação de um criado particular de D. Miguel, “um misérrimo e desvalido preso, único político, que se acha há muito nestas cadeas”. Este homem não pudera acompanhar D. Miguel “por moléstia que o tinha à morte”. Depois foi preso “por acusações de inimigos de partido”, que, ao perceberam que se ia salvar pela amnistia, “foram aos autos do processo e emendaram a palavra *guerrilha*

⁴⁷ Ver Peter Gay, *O Século de Schnitzler*, São Paulo, Companhia da Letras, 2002, p. 171.

⁴⁸ Espólio Garrett, BNP, carta de 26/3/1839.

⁴⁹ Espólio Garrett, BNP, carta de 22/5/1850.

para *quadrilha*: (...) de sorte que o passaram de Miguelista, para ladrão”. Alexandre evoca a “capacidade”, a “influência” de João Baptista, e pede-lhe que tenha “misericórdia”. “Fui pessoalmente à cadea”, regista,

e à vista do qual fiquei tão admirado, quanto penetrado de compaixão e de dor, por que a sua nobreza, civilidade, moderação brilham entre os farrapos que cobrem sua desnudez, e a palidez e profunda melancolia que aparece em seu rosto, contrasta fortemente com o rosado e nédio dos muitos que com ele estão, e bem mostram que não estão por ouvir Missa aos dias de semana.⁵⁰

Alexandre zomba de si mesmo, numa carta de 13/4/1841, ao considerar os pedidos já feitos a João Baptista, que já o devia tomar por pedinchão:

Sobre objectos eclesiásticos, Alexandre a pedir... Sobre demandas de amigos, Alexandre a rogar... Sobre aprovação de composições dramáticas, Alexandre a interceder... Sobre a entrega de livros, Alexandre a exigir... E ainda em cima, vir agora ingerir-se também na grande política teatral, em projectos que interessam as duas grandes capitais do Reino... isso é muito, isso é demais.⁵¹

Garrett quer mudas de plantas para um jardimzito em Lisboa, colchões de palha de milho⁵² e pastéis de picado de carne⁵³, e que Alexandre seja “procurador diligente” junto ao Governo Civil do Porto nos negócios da legitimação de Maria Adelaide⁵⁴ (que correram também em Lisboa e em Angra).

Já quando Rodrigo, filho de Alexandre, tem problemas disciplinares na Universidade de Coimbra, este expõe a João Baptista a sua aflição, e roga que intervenha, se possível, para que o rapaz não fosse reprovado ou mesmo aprovado com um “R” (“a nódoa que ficaria”). Alexandre não entende por que, com tantos exemplos de “civilidade” e “moderação” que o rapaz tivera em casa, fora

⁵⁰ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, carta de 3/4/1841.

⁵¹ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, carta de 13/3/1841.

⁵² Espólio Garrett, BNP, carta de 9/9/1839.

⁵³ Espólio Garrett, BNP, carta de 2/12/1839.

⁵⁴ Ver carta de Garrett de 13/7/1851 e a de Alexandre, de muito interesse, de 1/8/1851.

atrever-se a tomar parte nos insultos que os “doudos do 2º ano” perpetraram contra o lente José Alexandre de Campos. E conclui: “coveiros de seus Pais são na verdade os filhos desta fatal época!”⁵⁵

Certamente, Alexandre pediu ao irmão que escrevesse ao sobrinho, e João Baptista o fez. Mas, em carta de 25/1/1849, o próprio Alexandre intervém novamente, já agora em sentido contrário: “(...) agora sou eu o que muito rogo que não lhe escrevas mais, enquanto não mudar de sistemas e de doutrinas.” A conclusão de Alexandre permite-nos entrever o que teria escrito Garrett ao irmão e o que pensava das atitudes do sobrinho: “Dizes bem: a severa lição da adversidade e do tempo unicamente poderão mudar este indómito cavalinho; e eu tenho a quase certeza de que, ou ele se arrepende em breve, e muda em tudo (porque em tudo tem sido mau), ou a tal lição não tarda sobre ele.”⁵⁶

Mais tarde o mesmo rapaz se envolve com a filha de um meirinho do Porto, numa relação que ambos consideraram inadequada e inconsequente. Alexandre roga ao irmão que escreva ao rapaz dissuadindo-o do romance com a “Dulcineia”⁵⁷. Garrett, mais uma vez, o atende.

Alexandre ameaça deserdar Rodrigo, e trabalha para que o rapaz seja nomeado delegado fora do Porto. Uma noite, nega-lhe a sua bênção. Eis o que se segue, na carta a João Baptista:

[Rodrigo] saiu protestando que, pois o tratava assim, ia ele imediatamente cuidar no tal casamento fúnebre, lacrimoso, amaldiçoado. Mas a Virgem Santíssima, esta compassiva Mãe, de quem sou o mais indigno e inútil escravo, acudiu nesta extremidade, porque lhe tocou o coração, e o moveu a ir desmanchar tudo o que até esse dia tinha feito, e quando nós cuidávamos que o ia consumir. Houve restituição de diamantes, e ricas prendas (*id est*, cartas bem miseráveis, algumas das quais provocariam o riso até a essa estátua do Terreiro do Paço), e deu-se o projecto por gorado. No dia seguinte, grandes desabafos com José Vaz, e com meu cunhado Guimarães, e no seguinte também connosco, na presença do mesmo Guimarães.

⁵⁵ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 17/1/1845.

⁵⁶ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 25/1/1849.

⁵⁷ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 1/8/ 1851.

Um sacrifício maior que o da vida, feito a seus Pais, lágrimas, recolhimento em todas as palavras e ações, clausura no quarto, e outros excessos semelhantes, são as expressões que profere e actos de demência que por ora se lhe ouvem, e nele se observam, e agora se lhe desenvolve uma formal disenteria, que parece sinal da crise, e que decerto é a única cousa que não é mania, loucura, e asneira em todo esse trabalhoso negócio.⁵⁸

Findo o romance, Garrett congratulou o sobrinho Rodrigo e também o irmão: “Dou-te os parabéns – e já lhos dei a ele *na sua língua sentimental* – de se ter desfeito o Rodrigo desse trambolho autêntico que ameaçava peá-lo desde o princípio da vida. Estes filhos são a bênção mas também são o castigo de Deus.” Se com o sobrinho – que era um rapaz e filho legítimo – eram necessários cuidados, o que dizer da filha Maria Adelaide... Na mesma carta: “A minha Adelaide já fez dez anos – como passa o tempo! – e em breve começam os trabalhos e cuidados que para mim serão e são duplicados porque sou pai e sou mãe. – Demais que, não tendo dote que lhe dar, preciso recorrer nos meios artificiais de lho suprir.”⁵⁹

Quando Garrett vai aos postos de maior relevância na arena pública, Alexandre pede-lhe que interceda por uma boa colocação para os seus filhos Tomás e Rodrigo (para afastá-lo do Porto sobretudo, como demonstramos).

Retenhamos este passo que nos desenha dois irmãos, muito dentro das convenções da época, que aconselhavam prudência nas escolhas amorosas e sobretudo que davam aos pais poderes ainda muito fortes, quase proibitivos na esfera dos assuntos do coração.

Do modo similar, prosseguiram os “favores” – muito bem expressos no verbo corrente “obsequiar” – intermediados pelos pais. Alexandre pede ao irmão, este aos Ministros (Barão da Luz, Rodrigo da Fonseca Magalhães e outros), e assim urdia-se a teia de interesses privados na esfera pública. Por carta pedia-se muito, quase tudo. Nada que não pudesse ser afiançado por fórmulas de cortesia: dos exórdios às despedidas.

⁵⁸ Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, sem data e sem sobrescrito, provavelmente anterior a 9/7/1851.

⁵⁹ Espólio Garrett, BNP, 9/7/1851.

Atendendo ao apelo do irmão Alexandre para que escrevesse ao sobrinho Rodrigo (“este indómito cavalinho”⁶⁰), João Baptista oferece-nos uma face muito diversa daquele amante apaixonado e ofendido, quando a Viscondessa da Luz lhe roga, numa das cartas, que agisse com “cuidado”. Garrett mostra-se indignado com a amante, tão temerosa do que podia correr do romance extraconjugal que já se arrastava por quase dez anos.⁶¹ Garrett, amante apaixonado, inimigo das opiniões do senso comum (“o Mundo”), pouco se parece com o homem que aceita intervir junto a um sobrinho, instando-o a não prosseguir num relacionamento que a sociedade desabona, e chega mesmo a procurar-lhe “esposa digna”⁶² em Lisboa e louvar-lhe a atitude de se livrar do “trambolho”.

Quanto às colocações para os sobrinhos, as diligências de Garrett junto a Rodrigo da Fonseca Magalhães são inúmeras, o que certamente também contribuiu para o afastamento de ambos, após a saída de Garrett do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Que era considerado absolutamente normal mover-se a sociedade assim, pelo “favor”, já bem o sabemos. Espanta-nos, porém, que os jovens burgueses estivessem tão submetidos ao que por eles podiam fazer ou não os adultos. Em muitos aspectos, era, sem qualquer sombra de dúvida, um mundo cruel o que está nos romances, e que aos olhos de hoje tantas vezes parece “literatura”. De facto, era a vida de muita “gente que [era] gente”⁶³.

Fora alguns breves deslocamentos, a família esteve mesmo separada entre Angra, Porto e Lisboa. Os irmãos gémeos, António Bernardo e Joaquim António, são os únicos que circulam pelas três cidades. António morre na casa de Garrett em Lisboa em 1838; o outro morre em Angra em 1845. Apenas dois sobrinhos de Garrett, filhos de Alexandre (Tomás e Rodrigo), vêm a Lisboa e conhecem o tio.

Era, portanto, através das cartas que se aproximavam, com as notícias dos nascimentos, casamentos, doenças e mortes. Por cartas eram tratados os inventários,

⁶⁰ Espólio Garrett, BGUG, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, 25/1/1849.

⁶¹ Ver Almeida Garrett, *Cartas de Amor à Viscondessa da Luz*, Introdução, organização, fixação do texto e notas de Sérgio Nazar David, Famalicão, Edições Quasi, 2007, Carta XVIII, pp. 181-186.

⁶² Espólio Garrett, BGUC, carta de Alexandre José a João Baptista Almeida Garrett, não datada, provavelmente de 1851.

⁶³ Em *Viagens na Minba Terra*, capítulo XVIII, o Autor comenta as circunstâncias terríveis sob as quais viviam Frei Dinis, D. Francisca Joana, Carlos (então soldado de liberal) e Joaninha: “Oh! Que existências que eram aquelas quatro! Esse frade, essa velha e essas duas crianças! E a maior parte da gente que é gente, vive assim... E querem, querem-na assim mesmo, a vida, têm-lhe apego! Oh que enigma é o homem!” (Almeida Garrett, *Viagens na Minba Terra*, Edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010, pp. 226-227.

as heranças, o encaminhamento afetivo e profissional dos mais jovens. Mas não era apenas a aspetos mais objetivos da vida – informar e resolver problemas – que as cartas vinham dar resposta. Escrevendo-as, também cada um pensava o seu tempo e repensava a si próprio. A carta trazia um desabafo de momento; e por vezes abria maior espaço à reflexão sobre dramas pungentes que não só cada missivista, mas sobretudo os burgueses, de forma geral, queriam entender, controlar, reprimir ou ultrapassar. Era o meio mais propício à consolação das grandes dores de um mundo construído sobre a renúncia. Ainda assim, muitas coisas não podiam ser escritas, embora – não nos enganemos – nem sempre fossem absolutamente proibidas. Cartas, sobretudo do século XIX, mostram-nos muitas vezes – mas nem sempre – facetas que a vida e a literatura envernizaram.

Após a morte de Garrett, em 9/12/1854, seguem as cartas, já então entre Alexandre e a sobrinha Maria Adelaide de Almeida Garrett (1841-1896). Ferreira Lima transcreve 11 cartas (de 1855 a 1862) que tratam: da morte de Joana do Carmo de Almeida Garrett (1836-1855), filha de Alexandre; da doença de Tomás (“perdeu de todo o uso da razão”, regista), que termina por falecer também em 1855; dos trabalhos que Alexandre realizava no Secretariado da Arquiconfraria da Irmandade do Coração de Maria; e da insatisfação do tio por ter Maria Adelaide deixado, depois da morte do pai, o Convento das Salésias, e seguido para um colégio leigo (inglês). O facto gera indignação de Alexandre contra os “senhores que dirigiam a educação [da menina]”⁶⁴, Joaquim Larcher e D. Pedro Pimentel Brito do Rio (tutor e subtutor de Maria Adelaide)⁶⁵.

Gomes de Amorim chegou a visitar Alexandre José, no Porto, em 1855, após a morte de Garrett. “As feições dos dois irmãos”, ironiza, “sem deixarem de ter ar de família, pareciam-se tanto como as suas opiniões políticas”⁶⁶.

Alexandre publicou escritos de carácter religioso, sobretudo traduções que fez de obras pias, e também o poema *As Viagens a Leixões*, de 1855, que gerou na imprensa alguns juízos negativos, como o de Camilo Castelo Branco.

⁶⁴ As 11 cartas estão transcritas em Ferreira Lima. Ver Lima, F. G., pp. 88-102.

⁶⁵ Joaquim Larcher foi padrinho de casamento de Garrett com Luísa (1822), depois padrinho de batismo de Maria Adelaide (1841) e por fim também tutor da menina (1854 em diante). D. Pedro era marido de D. Maria Krus. O testamento de Garrett está transcrito em Amorim, Vol. III, pp. 666-669; e em anexo de Almeida Garrett, *Cartas Íntimas*, Edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, pp. 167-170.

⁶⁶ Amorim, M. B., Vol. III, p. 527.

Em 24 de outubro de 1867, com 70 anos, Alexandre faleceu. Sobreviveram-lhe a esposa (Angélica) e sete dos 13 filhos que tiveram⁶⁷.

Das sete filhas, seis morreram solteiras ou fizeram-se irmãs de caridade. Apenas uma (Maria Victória) se casou e teve descendentes. Algumas são citadas por Garrett na correspondência.

Dos seis filhos de Alexandre: o mais velho, Francisco (nascido em 1823), foi viver em São Paulo (Brasil), facto também referido na correspondência; um morreu com menos de um mês; Rodrigo (formado em Leis em Coimbra) e Tomás são os dois sobrinhos que conheceram o tio João Baptista e são diversas vezes nomeados na correspondência; Gonçalo, o décimo segundo (nascido em 1842 e o último dos filhos a morrer, em 1925), formou-se em Matemática e em Filosofia em Coimbra, onde passou em seguida a lecionar; o mais novo, José Maria Xavier de Almeida Garrett (nascido em 1844), envolveu-se afetivamente, na juventude, com Claudina, esposa do político e jornalista José Cardoso Vieira de Castro. Este terminou por assassiná-la em 9 de maio de 1870, depois de se apoderar de uma carta de Claudina ao amante⁶⁸. José Maria morreu solteiro em 1899, após se dedicar largamente à divulgação da fé católica e a atos de caridade⁶⁹. Rodrigo (1827-1879), o sobrinho rebelde, também morreu solteiro.

A descendência da família Almeida Garrett fez-se maioritariamente através de Tomás (1830 -1855) – que, já casado, teria, segundo relato de Alexandre a Maria Adelaide, “[perdido] de todo o uso da razão”⁷⁰ – e de Gonçalo (1842–1925)⁷¹. Só mesmo com muito boa fé para não suspeitar da devastação que os hábitos católicos e burgueses devem ter produzido nesta vasta geração.

Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, de quem João Baptista fora nos anos 20 quase inimigo, está longe de ser um miguelista estúpido. Pelo contrário,

⁶⁷ António de Faria, *Apontamentos Genealógicos sobre as Famílias do Visconde e da Viscondessa de Almeida Garrett*, Milão, Typographia Nacional de V. Ramperti, 1904, pp. 2-5.

⁶⁸ Ver Vasco Pulido Valente, *Glória. A Vida do Político, Jornalista e Criminoso José Cardoso Vieira de Castro*, Lisboa, Gótica, 2009.

⁶⁹ Henrique de Campos Ferreira Lima, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, Notas Biographicas”, in *Jornal do Commercio e das Colonias*, 14/7/1929.

⁷⁰ As 11 cartas, de 1855 a 1862, de Alexandre à sobrinha Maria Adelaide estão em Henrique de Campos Ferreira Lima, F. G., pp. 88-102.

⁷¹ Ver António de Faria, *Apontamentos Genealógicos sobre as Famílias do Visconde e da Viscondessa de Almeida Garrett*, Milão, Typographia Nacional, 1904, pp. 2-5; Henrique de Campos Ferreira Lima, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, Notas biographicas”, in *Jornal do Commercio e das Colonias*, 7/7/1929.

a sua correspondência para João Baptista mostra-nos um homem de razoável cultura, defensor de uma religião severa – nem sempre apartada dos assuntos políticos – e até com algum senso de humor. Bate-se contra as perseguições aos católicos e não poupa, dentre os liberais, aqueles (os “devoristas”) que agem sem moderação: “prometeram ser Titos”, regista, “têm sido Neros” completa; são “algozes” a “devorar o apoucado alimento, que trabalhos de um ano inteiro arrancaram à terra para um ano inteiro nos alimentar e a nossos filhos (...)”; “são tiranos, que, pregando a liberdade, fazem cruenta guerra a nossos corpos para escravizar até as nossas almas”⁷².

O conjunto de cartas trocadas ao longo de mais de três décadas entre João Baptista e Alexandre José da Silva de Almeida Garrett traz novos documentos (cartas inéditas) para uma avaliação mais precisa da vida e da obra do autor de *Viagens na Minha Terra*, e também para uma maior compreensão da história social e das ideias de Oitocentos.

Desenham-se nesta epistolografia novos rumos para a pesquisa garrettiana e para o universo social em que viveram, lutaram e morreram estes dois irmãos. Ressalte-se, porém, que o que há de mais novo nestes escritos é o homem Garrett que deles emerge, inquieto com o seu país e desvelado para com os seus. Se por vezes nos parece frágil diante dos infortúnios, mais à frente está de novo, a despeito de tudo, firme com o leme da vida nas mãos.

Sob alguns aspetos, a correspondência dos irmãos não chega a mudar radicalmente o que já sabíamos sobre Garrett, antes se comprovam e reforçam as teses fundamentais de suas obras: suas ligações com o século das Luzes; seu romantismo bafejado de classicismo; seu empenho por uma literatura que não descursasse do aspeto formativo e civilizacional com que pretendia forjar novos leitores e um novo país, sem rupturas violentas, que talvez pusessem a perder o trabalho de uma geração.

Gomes de Amorim não leu as cartas de Garrett. Leu apenas algumas de Alexandre José. Mas a convivência de quase dez anos com João Baptista⁷³ deu-lhe certamente fortes elementos para julgar os laços afetivos que uniram, desuniram e voltaram a juntar os dois irmãos: “A correspondencia parecia e tentava ser

⁷² Ver Almeida Garrett & A. J. Almeida Garrett, C. A. H., carta de Alexandre, de 2/2/1839.

⁷³ Amorim chegou a Portugal em 1846, quando foi recebido por Garrett na casa 13-F do Pátio do Pimenta, a mesma em que mais tarde foi viver a Viscondessa da Luz.

affectuosa; mas era-o sómente na fôrma. O fundo ficava sêcco, como a politica que os separára, matando-lhes a ternura fraterna”⁷⁴.

A leitura dos dois conjuntos de cartas, de João Baptista e de Alexandre José, pode levar-nos a conclusões semelhantes às do biógrafo de Garrett. Talvez os interesses mútuos – públicos e privados – tenham amalgamado, consciente ou inconscientemente, as fórmulas de cortesia e urbanidade.

Por outro lado, pode ser também que as lições do tempo e as recordações de meninice tenham sido suficientemente fortes para reaproximá-los. De facto, as primeiras cartas de Garrett são duras (não temos as de Alexandre desse tempo), porque estão mesmo os dois irmãos em campos inimigos. Depois, vamos vendo surgir, pelo menos nas epístolas de João Baptista, o Escritor moderado, retemperado pelos dissabores do exílio e das desilusões políticas, que reconsidera e relativiza o alcance das “guerras fratricidas”, tristes, como são todas as guerras civis⁷⁵. Portanto, parece justa consigo mesmo e válida a iniciativa de pegar da pena e reescrever a sua história, num sempre renovado presente, em cartas de facto mais fraternas ao irmão do Norte.

⁷⁴ Amorim, M. B., Vol. I, p. 283.

⁷⁵ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*. Edição de Ofélia Paiva Monteiro. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010, cap. VIII, p. 146.